

Suprema Corte dos EUA questiona leis sobre moderação de conteúdo

Para juízes, há risco de violar a liberdade de expressão das redes sociais ao impedir empresas de remover postagens

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos se mostraram céticos em relação a duas leis que restringem a possibilidade das redes sociais de moderar conteúdo, mas criticaram o excesso de poder dessas empresas sobre o debate público.

Nesta segunda-feira (26), no início do julgamento que pode determinar o futuro das redes sociais, os nove juízes da corte — seis conservadores e três progressistas — ouviram as sustentações orais dos representantes do estado do Texas e da Flórida, que defendem as leis, e da NetChoice, entidade que representa empresas como Google, Facebook, X (antigo Twitter) e TikTok. As ações da NetChoice contestam as leis aprovadas em

2021 por legislaturas estaduais republicanas para combater uma suposta censura das big techs aos conservadores. A lei da Flórida proíbe as redes sociais de banirem candidatos a cargos políticos e de "esconderem" suas publicações. A legislação do Texas veda as empresas de discriminarem usuários por seus "pontos de vista".

Em jogo está a capacidade das redes sociais de moderar conteúdo — ou seja, remover ou reduzir a visibilidade de publicações — banirem usuários que violam as regras de uso de cada empresa.

As leis estão bloqueadas em instâncias inferiores. Os juízes da Suprema Corte não parecem propensos a decidir que as legislações entressem em vigor. A tendência, segundo observadores, é que os ma-

gistrados devolvam os casos a tribunais inferiores. A decisão pode sair até junho. As big techs argumentam que as leis ferem a liberdade de expressão das empresas de decidir o que pode, ou não, ser disseminado nas plataformas. Elas defendem que devem ser reguladas como jornais, que não podem ter sua liberdade editorial restrita. Os estados afirmam que as plataformas são empresas de utilidade pública semelhante a ferrovias e companhias de telefonia e portanto não podem discriminar usuários.

Durante quase quatro horas de sustentações orais, os juízes manifestaram preocupações a respeito da possibilidade de as leis restringirem a capacidade das plataformas de moderar conteúdo tóxico e exercer decisões editoriais.

O presidente da corte, o conservador John Roberts, indagou Henry Whittaker, procurador-geral da Flórida, sobre o risco de, com a lei, "o estado passar a regulamentar o que chamamos de praça pública moderna". Whittaker argumentou que os direitos garantidos pela Primeira Emenda, que protege a liberdade de expressão, não seriam violados porque a legislação aplicada se à conduta, não ao discurso ou expressão.

Uma questão nevrálgica para a corte, segundo Roberts, é determinar se o governo ou as plataformas de internet têm o poder de decidir quais vozes são ouvidas. Roberts disse que a Primeira Emenda proíbe o governo — e não entidades privadas — de censurar o discurso.

O juiz Samuel Alito pediu à NetChoice para definir o termo "moderação de conteúdo", perguntando se não era "um eufemismo para censura". Se o governo estiver fazendo moderação de conteúdo, então ela pode ser um eufemismo para censura, disse Paul Clement, advogado da NetChoice. "Se uma entidade privada estiver fazendo isso, a moderação de conteúdo é um eufemismo para a discricionariedade editorial".

As plataformas afirmaram que essas decisões editoriais, de as redes serão inundadas por spam, discurso de ódio e extremismo.

Criticos, no entanto, argumentam que invalidar essas leis poderia impossibilitar regulamentações para, por exemplo, garantir a segurança das crianças online. Alguns ponderaram que a tese do Texas e da Flórida, da não discriminação, poderia se aplicar a outros serviços como Gmail e Uber. A ideia é preservar a capacidade de plataformas como Facebook e YouTube de remover conteúdo nocivo de usuários, sem dar às empresas carta-branca para censurar comunicações pessoais. O governo Biden se posicionou contra a lei. Mas sua representante, a procuradora-geral dos EUA Elizabeth Prelogar, sugeriu que havia uma distinção legítima entre redes sociais focadas em discurso e expressão, e outros serviços.

A legislação da Flórida, sancionada em maio de 2021, foi uma resposta direta à suspensão do ex-presidente Donald Trump do então Twitter e do Facebook. Trump foi banido das redes por violar conteúdo de incitação à violência que teria colaborado para os ataques ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, em que seus apoiadores tentaram reverter o resultado da eleição presidencial de 2020, que deu vitória ao presidente Joe Biden. A conta de Trump foi posteriormente restabelecida por Elon Musk, depois que ele comprou a empresa e mudou o nome para X. *Correio*

MUNDO VIU

Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Filme tenta situar Einstein na história da bomba atômica

João Batista Natali

SÃO PAULO Albert Einstein, o mais importante e conhecido físico do século 20, morreu aos 76 anos em 1955, sem que sua biografia estivesse associada às bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

O pai das duas bombas foi Robert Oppenheimer, de recente visibilidade por causa de um filme que vem recebendo prêmios importantes e pode também receber o Oscar.

Eis que a Net, aparentemente mistura as bolas e lança um média-metragem intitulado "Einstein e a Bomba". Mais ou menos como se o cientista nascido na Alemanha fosse o chefe ou a fonte inspiradora de Oppenheimer e de seu equipe do Projeto Manhattan. Foi esse grupo que entre 1942 e 1945 pesquisou e produziu sigilosamente nos Estados Unidos os artefatos que poderiam iniciar a Segunda Guerra.

O documentário foi produzido no Reino Unido, dirigido por Anthony Phillips. Apesar da suspeita de pegar carona na reputação cinematográfica de Oppenheimer, é um filme interessante por tentar situar no roteiro da bomba o físico que se tornou conhecido pela teoria da relatividade.

O roteiro simplifica a história real, diz que Einstein, já fixado nos Estados Unidos e professor na Universidade Princeton, escreveu ao presidente Franklin Roosevelt, alertando-o para as pesquisas nucleares estimuladas por Hitler.

Segundo o documentário, a carta ao presidente americano desencadeou a obsessão em chegar na Alemanha antes da bomba.

A versão real tem o mesmo erro, mas envolve bem mais gente. Quem contou a Einstein sobre as pesquisas nucleares foi o húngaro Leo Szilard, que o estimulou a fazer alguma coisa.

Uma pergunta importante: por que é que Einstein não foi convidado para o Projeto Manhattan? Em verdade, ele era um notório pacifista. Além disso, caso alísse não de seu cargo em Princeton para trabalhar clandestinamente no deserto, os serviços secretos alemães o procurariam e, se o localizassem, acabariam com ele.

O documentário lança mão de um personagem real, o jornalista japonês Katsu Hara, que entrevistou Einstein já nos anos 1950. O físico diz que não se considerava o dono do processo que permitiu a divisão do átomo e a liberação da energia atômica.

Einstein diz ainda que seu "grande erro" foi de ter estimulado Roosevelt a agir. Mas em 1929 os laboratórios alemães estavam produzindo rápido conhecimento, e só foi em 1944 que os aliados de inteligência receberam a informação de que o 3º Reich havia fracassado em seu programa de produção da bomba atômica.

De resto, o documentário não tem chaves históricas.

Einstein e a Bomba
Dir. Anthony Phillips.
Disponível na Netflix, 36 min.

[DOM, Sylvia Colombo
TER, Mundo Leu
QUA, Lúcia Guimarães
SÁB, Igor Patrick]

PCM



Chris Marchese (ao centro), diretor da NetChoice, da entrevista em frente à Suprema Corte dos EUA, em Washington DC. *Arquivo: Catherine Reynolds/AP*

Big techs só querem ser reguladas como jornais quando convém

ANÁLISE

SÃO PAULO Não há proibição em inglês de que uma pessoa não pode comer sua fatia de bolo e continuar a ter o bolo. O furo não descreve a perfeição o que as redes sociais estão tentando fazer para se livrar de regulações. Quando convém, elas que rem ser regulamentadas como jornais e TVs — mas quando não convém, elas pedem para ser tratadas como companhias de telefone ou ferrovias.

Em resposta a leis aprovadas nos estados do Texas e da Flórida em 2021, as entidades que representam as big techs afirmam que elas não são semelhantes a empresas de telefonia ou ferrovias, fornecedoras de serviços essenciais que devem ser neutras e não podem discriminar seus usuários.

Essas leis impedem que as big techs modernizem o conteúdo como bem entenderem — removam ou reduzam a visibilidade de publicações e expulsem usuários que violam suas regras de uso.

Na realidade, dizem as big techs, elas funcionam mais

como jornais, que têm liberdade editorial para decidir o que vai circular e o que destaca. Terá. As plataformas dizem que essas leis violam a Primeira Emenda da Constituição americana — a liberdade de expressão das empresas por "seus pontos de vista".

Isso é certo do argumento das plataformas para derrubar a lei da Flórida, que proíbe as redes sociais de banirem candidatos a cargos políticos e de "esconderem" suas publicações, e a do Texas, que veda a discriminação contra usuários por "seus pontos de vista".

No entanto, para repelir outras tentativas de regulação, as big techs usam o argumento de que a discriminação editorial é necessária para evitar a desinformação e a manipulação.

No centro da discussão está a seção 230 da Lei de Decência nas Comunicações de 1996, que permitiu o crescimento da internet nos EUA. Ela estabelece que as plataformas não podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros, uma vez que não são consideradas publicadoras

como jornais e TVs, são apenas distribuidores. Na época em que foi assinada a lei, era necessário criar essa imunidade, senão não haveria como as redes sociais prosperarem. Agora, há um oligopólio de empresas gigantes, que não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada. Em Taahme, os advogados da família argumentaram que o YouTube, pela seção 230, não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada. Em Taahme, os advogados da família argumentaram que o YouTube, pela seção 230, não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada.

As empresas responderam reforçando que tinham a proteção da seção 230. Ou seja, o contrário do que estão argumentando: elas não são responsáveis pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada.

No Brasil, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes quer que as big techs sejam reguladas da mesma maneira que veículos de comunicação, com as mesmas responsabilidades por conteúdo de terceiros, uma vez que não são consideradas publicadoras

como jornais e TVs, são apenas distribuidores. Na época em que foi assinada a lei, era necessário criar essa imunidade, senão não haveria como as redes sociais prosperarem. Agora, há um oligopólio de empresas gigantes, que não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada. Em Taahme, os advogados da família argumentaram que o YouTube, pela seção 230, não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada.

As empresas responderam reforçando que tinham a proteção da seção 230. Ou seja, o contrário do que estão argumentando: elas não são responsáveis pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada.

No Brasil, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes quer que as big techs sejam reguladas da mesma maneira que veículos de comunicação, com as mesmas responsabilidades por conteúdo de terceiros, uma vez que não são consideradas publicadoras

como jornais e TVs, são apenas distribuidores. Na época em que foi assinada a lei, era necessário criar essa imunidade, senão não haveria como as redes sociais prosperarem. Agora, há um oligopólio de empresas gigantes, que não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada. Em Taahme, os advogados da família argumentaram que o YouTube, pela seção 230, não é responsável pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada.

As empresas responderam reforçando que tinham a proteção da seção 230. Ou seja, o contrário do que estão argumentando: elas não são responsáveis pelo conteúdo de terceiros — mas o algoritmo de recomendação e do Google, então a empresa pode ser responsabilizada.

No Brasil, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes quer que as big techs sejam reguladas da mesma maneira que veículos de comunicação, com as mesmas responsabilidades por conteúdo de terceiros, uma vez que não são consideradas publicadoras